



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESCRITÓRIO DA ALTA COMISSÁRIA PARA OS DIREITOS
HUMANOS
INFORMAÇÕES SOBRE OS INCIDENTES QUE
RESULTARAM NA MORTE DE JOÃO PEDRO MATTOS PINTO E
LUANA BARBOSA DOS REIS SANTOS
ABRIL DE 2021**

I – Introdução.

O Escritório da Alta Comissária para os Direitos Humanos (EACDH), por nota datada de 8 de abril de 2021, solicita ao governo brasileiro enviar, até 30 de abril, informações e documentos relevantes sobre os incidentes que resultaram na morte de João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, 18/5/2020) e Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016), incluindo medidas de responsabilização e reparação adotadas.

As informações sobre os casos em apreço deverão subsidiar a elaboração do relatório da Alta Comissária à 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, no contexto da implementação do mandato ao EACDH conferido pela resolução 43/1 ("The promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and of people of African descent against excessive use of force and other human rights violations by law enforcement officers").

Em atendimento ao solicitado, o estado brasileiro vem apresentar as informações obtidas até o momento.

II – Informações sobre Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016).

Sobre os incidentes que resultaram na morte de Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016), as informações de que se dispõe são as seguintes:

a) no âmbito da Justiça Militar, o inquérito foi arquivado após manifestação do Ministério Público pela ausência de materialidade delitiva; e,

b) no âmbito da Justiça Comum, os policiais, acusados de, em 08 de abril de 2016, por volta das 19:30h, terem ceifado a vida de L.B.R.S, foram pronunciados para serem julgados pelo Tribunal do Júri por homicídio triplamente qualificado (Anexo - Sentença de pronúncia - TJSP). Contra a sentença de pronúncia, foi interposto recurso em sentido estrito pelos réus, estando os autos atualmente no Tribunal de Justiça de São Paulo para julgamento (Anexo - parecer da PGJSP).

III – Informações sobre João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, 18/5/2020).

Sobre os incidentes que resultaram na morte de João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, 18/5/2020), as informações de que se dispõe são as seguintes:

a) A Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o encerramento do prazo legal, apresentou relatório parcial do inquérito policial instaurado para apurar as circunstâncias da morte do adolescente João Pedro Mattos Pinto, encaminhando-o ao Ministério Público do estado do Rio de Janeiro (Anexo - relatório IP-PCRJ). Envia-se, também, o registro de ocorrência da PCRJ.

b) A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (DELEPAT/SR/PF/RJ) elaborou relatório minucioso sobre a operação realizada em conjunto com as forças policiais do estado de Rio de Janeiro. Além de destacar a atenção ao planejamento, há foco na atuação dos policiais federais (Anexo - Ofício DELEPAT-DRCOR-SR-PF-RJ). Sobre o incidente, informa-se:

“No que se refere ao incidente envolvendo o óbito do adolescente J. P. M. P., esclarecemos que o mesmo foi socorrido por policiais da CORE e transportado pelo helicóptero da unidade, não tendo este evento contado com a participação de policiais federais.

No âmbito da Polícia Federal, foi instaurada uma Sindicância Investigativa, conforme Processo SEI nº 08455.009124/2020-76 (Portaria nº 30/COR/SR/PF/RJ, de 20/05/2020), com o escopo de apurar a atuação dos policiais federais na operação.

[...]

Finalmente, esclarecemos que no âmbito do Ministério Público Federal - 7ª Câmara de Coordenação e Revisão (Controle Externo da Atividade policial e Sistema Prisional) e PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.GONÇ/ITABOR/MAGE – foram instaurados, respectivamente, os procedimentos PGR-00189204/2020 e PRM-GON-RJ-00004801/2020, ambos também com o escopo de apurar a atuação dos policiais federais na operação.”

IV – Informações gerais sobre políticas de prevenção em segurança pública.

À Coordenação-Geral de Políticas para a Sociedade (CGPS) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) competem os programas e projetos relacionados a políticas de prevenção em segurança pública, especialmente orientados à integração social para promoção da gestão participativa em segurança pública; à implantação de modelos de polícia preventiva e de proximidade; e aos grupos prioritários e vulneráveis à violência.

Assim, diversos são os projetos desenvolvidos no âmbito desta Coordenação, que tem como foco a atuação da polícia comunitária nas Unidades Federativas, auxiliando na regulamentação e implementação, bem como na divulgação de boas práticas em prevenção à violência. Da mesma forma, a CGPS desenvolve o Projeto de Prevenção de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (ProMulher), que hoje compõe, de forma transversal, os demais programas de enfrentamento aos homicídios e demais crimes violentos no âmbito da Senasp/MJSP. Ademais, encontra-se em andamento na CGPS a produção de diretrizes sugestivas aos estados para atendimento aos grupos vulneráveis, inclusive com a previsão de capacitação dos agentes de segurança pública nesta pauta.

No que tange às medidas de responsabilização e reparação adotadas, ressalta-se que o estado brasileiro desenvolve diversos projetos, bem como é signatário de tratados internacionais em direitos humanos, estando em constante desenvolvimento e atualização na temática, na busca de aperfeiçoamento constante de suas políticas públicas de proteção ao cidadão e à dignidade humana.

Cumpre-nos esclarecer que o estado brasileiro, conforme determinado pelo art. 1º da Constituição Federal/88, é formado pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, preceito complementado pelo seu art. 18, no qual se explicita que a organização político-administrativa do nosso país compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos fixados no texto constitucional.

Salienta-se que os entes federativos são pessoas jurídicas de direito público interno que possuem autonomia, traduzida na tríplice capacidade de auto-organização e legislação própria, autogoverno e autoadministração, motivo pelo qual é de suma importância dar destaque às boas práticas de investigações das polícias judiciárias dos estados.

No modelo de cooperação adotado pelo estado brasileiro, o MJSP tem legitimidade para officiar ao órgão da Polícia Civil, através de sua Secretária de Estado de Segurança Pública, transmitindo sugestões de qualificação e apoio visando ao aperfeiçoamento em segurança pública e a proteção social.

Por fim, informamos que está em tramitação no MJSP a análise da Minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmada entre o MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), com o objetivo de promover intercâmbio de informações, visando ao aperfeiçoamento das medidas protetivas no âmbito dos casos acompanhados pelo Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, pelo Programa de Proteção à Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH e pelo Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM.

V - Conclusão

São essas as informações obtidas para subsidiar a elaboração do relatório da Alta Comissária à 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Brasília, 30 abril de 2021.

Anexos

Anexo - Sentença de pronúncia - TJSP

Anexo - parecer da PGJSP

Anexo - relatório IP-PCRJ

Anexo - registro de ocorrência PCRJ

Anexo - Ofício DELEPAT-DRCOR-SR-PF-RJ

Unofficial translation into English

I - Introduction.

The Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR), by its note verbale dated April 8, 2021, requested the Brazilian government to send, by April 30, information and relevant documents on the incidents that resulted in the deaths of João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, 18/5/2020) and Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016), including accountability and reparation measures adopted.

The information on the cases in question should inform the preparation of the High Commissioner's report to the 47th session of the Human Rights Council, in the context of the implementation of the mandate to the OHCHR conferred by resolution 43/1 ("The promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and of people of African descent against excessive use of force and other human rights violations by law enforcement officials").

In response to the request, the Brazilian State presents the information.

II - Information on the case of Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016).

About the incidents that resulted in the death of Luana Barbosa dos Reis Santos (Ribeirão Preto, SP, 8/4/2016), the information available is as follows:

a) in the jurisdiction of the Military Justice, the investigation was filed after manifestation of the Public Prosecutor's Office due to the absence of delinquent materiality; and,

b) in the ordinary Justice System, the police officers, accused of having taken the life of L.B.R.S. on April 8, 2016, around 7:30 p.m., were sentenced to be tried by the Court of Jury for triple qualified homicide (Annex - Sentence of indictment - TJSP). An appeal in the strict sense was filed by the defendants against the indictment, and the case is currently at the São Paulo Court of Justice for trial (Annex - Opinion of PGJSP).

III - Information on João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, May 18, 1920)

About the incidents that resulted in the death of João Pedro Mattos Pinto (São Gonçalo, RJ, 05/18/2020), the information available is as follows:

(a) The Civil Police of the state of Rio de Janeiro, in view of the closing of the legal deadline, submitted a partial report of the police inquiry instituted to ascertain the circumstances of the death of the adolescent João Pedro Mattos Pinto, forwarding it to the Public Prosecutor's Office of the state of Rio de Janeiro (Annex - IP-PCRJ report). The PCRJ occurrence register is also attached.

b) The Federal Police Office for Repression of Crimes against Property and Arms Trafficking of the Regional Superintendence of the Federal Police in Rio de Janeiro (DELEPAT/SR/PF/RJ) prepared a detailed report on the operation carried out in conjunction with the police forces of the state of Rio de Janeiro. Besides highlighting the attention to planning, there is a focus on the performance of federal police officers (Annex - DELEPAT-DRCOR-SR-PF-RJ Official Letter). About the incident, it is reported:

"Regarding the incident involving the death of teenager J. P. M. P., we clarify that he was rescued by CORE officers and transported by the unit's helicopter, and this event did not have the participation of federal police officers.

An investigative inquiry was opened by the Federal Police, according to SEI file # 08455.009124/2020-76 (Ordinance # 30/COR/SR/PF/RJ, May 20, 2020), to investigate the actions of federal police officers in the operation.

[...]

Finally, we clarify that in the scope of the Federal Public Prosecutor's Office – 7th Chamber of Coordination and Review (External Control of Police Activity and Prison System) and the Prosecutor's Office in the Municipality of S.GONÇ/ITABOR/MAGE - procedures PGR-00189204/2020 and PRM-GON-RJ-00004801/2020 were instituted, respectively, both also with the scope of investigating the performance of federal police officers in the operation."

IV - General information on prevention policies in public security.

The General Coordination of Policies for Society (CGPS) of the Ministry of Justice and Public Security (MJSP) is in charge of programs and projects related to prevention policies in public security, especially oriented to social integration for the promotion of participative management in public security; to the implementation of models of preventive and proximity police; and to priority groups vulnerable to violence.

Thus, there are several projects developed in the scope of this Coordination, which focus on the performance of community police in the Federal Units, assisting in the regulation and implementation, as well as in the dissemination of good practices in violence prevention. In the same way, the CGPS develops the Project for Prevention of Domestic and Family Violence against Women (ProMulher), which today composes, in a crosscutting way, the other programs to face homicides and other violent crimes in the scope of Senasp/MJSP. Moreover, it is in progress in the CGPS the production of guidelines to the federated states for support to vulnerable groups, including the provision of training of public security agents.

Regarding the measures of accountability and reparation adopted, it is noteworthy that the Brazilian state develops several projects, as well as being signatory of international treaties on human rights, being in constant development and updating on the theme, in search of constant improvement of its public policies for the protection of citizens and human dignity.

We must clarify that the Brazilian state, as determined by art. 1 of the Federal Constitution/1988, is formed by the indissoluble union of states, municipalities and the Federal District, a precept complemented by its art. 18, in which it is explicit that the political-administrative organization of our country comprises the Union, the states, the Federal District and the municipalities, all autonomous, under the terms established in the constitutional text.

It is important to note that the federative entities are legal entities of internal public law that have autonomy, translated into the triple capacity of self-organization and own

legislation, self-government and self-administration, therefore it is of utmost importance to highlight the good investigative practices of the judicial police of the states.

In the cooperation model adopted by the Brazilian state, the MJSP has legitimacy to officiate to the Civil Police organ, through its Secretary of State for Public Security, transmitting suggestions for qualification and support aiming at the improvement of public security and social protection.

Finally, we inform that the analysis of the draft Technical Cooperation Agreement to be signed between MJSP, through the National Secretariat of Public Security, and the Ministry of Women, Family and Human Rights (MMFDH) is in progress at MJSP, with the objective of promoting the exchange of information, aiming at the improvement of the protective measures in the scope of the cases followed by the Program of Protection to Threatened Victims and Witnesses - PROVITA, by the Program of Protection to Human Rights Defenders, Communicators and Environmentalists - PPDDH and by the Program of Protection to Children and Adolescents Threatened with Death - PPCAAM.

V - Conclusion

This is the information obtained to support the High Commissioner's report to the 47th session of the Human Rights Council.

Brasília, April 30, 2021.

Annexes

Annex - Sentence of indictment - TJSP

Annex - PGJSP opinion

Annex - IP-PCRJ report

Annex - register of occurrence PCRJ

Annex - letter DELEPAT-DRCOR-SR-PF-RJ
